



ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS-SUPRAM/NM, OU A QUEM AUTORIDADE DO COPAM FOR DE DIREITO CONHECER DO PRESENTE RECURSO.

ENDEREÇO PARA DISTRIBUIÇÃO: RUA AGAPITO DOS ANJOS, Nº 455-BAIRRO CÂNDIDA CÂMARA-Montes Claros-MG CEP 39.401-040.

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 54703/2015.

Recurso em 2º Grau de Jurisdição contra a Decisão referente ao Auto de Infração nº 54703/2015 do Processo nº 440054/17.

Autoridade que analisou o processo: Respeitável Senhor Superintendente Regional de Meio Ambiente de Montes Claros, MG.

*ANGÊLO ANTONIO MENEGHETTI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 4.645.493-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 363.060.968-68, residente e domiciliado à rua Afonso Batista, nº 57, centro, São João do Paraíso, MG, CEP: 39540-000, por si e Representando a **DESTILARIA MENEGHETTI-LTDA**, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.753.733/0001-95, com sede na Fazenda Lagoa da Veada s/n, Zona Rural, KM 09, Estrada São João do Paraíso a Ninheira, do município de São João do Paraíso, MG, CEP nº 39540-000, por intermédio de seu procurador abaixo assinado, Jovino de Almeida Murta, brasileiro, divorciado, advogado regularmente inscrito na OAB/MG sob o nº 32.396, com escritório na Avenida Dr. Frederico Leão Bittencourt, nº 92, centro, Salinas, MG, CEP: 39560-000, onde recebe intimações e notificações, **inconformados com a decisão no Processo nº 440054/17, que tornou definitiva a penalidade de multa simples, no valor de R\$ 48.083,63 (quarenta e oito mil, oitenta e três reais e sessenta e três centavos)**, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, **recorrer para o segundo Grau Administrativo**, nos termos do artigo 22, inciso I, do Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, cc. artigo 5º, LV da Constituição Federal e demais disposições legais aplicáveis à espécie, aduzindo, para tanto, as seguintes razões de fato e de direito:*

I – PRELIMINARMENTE:



I.1 – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO.

Os autuados defendentes receberam via postal o r. Ofício nº 1888/2017, em 18/08/2017, de emissão desta conceituada Superintendência Regional de Meio Ambiente SUPRAM/NM, anexado a este a notícia da decisão, com a qual tornou-se definitiva a penalidade de multa simples, no valor de R\$ 48.083,63 (**quarenta e oito mil, oitenta e três reais e sessenta e três centavos**), além de manter os embargos das atividades do empreendimento. Restando, portanto, tempestivo o presente recurso, nos termos do artigo 20 do Decreto nº 44.844/08.

Diante do exposto, presente o requisito essencial da tempestividade, pelo que desde já requer seja o presente Recurso recebido, devendo ser conhecido e provido para julgar improcedente a vergastada decisão e conseqüentemente nulo o Auto de Infração Nº 54703/2015.

I.2 – DAS RAZÕES PARA JULGAR PROCEDENTE O PRESENTE RECURSO E A CONSEQÜENTE NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO 54703/2015, DE ONDE ORIGINOU A APLICAÇÃO DA MULTA ATUALIZADA EM R\$ 48.083,63(QUARENTA E OITO MIL OITENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS:

Intimados do Auto de Infração nº 54703/2015, os Recorrentes protocolizaram defesa perante a Autoridade Administrativa Ambiental em 26/01/2016, objetivando a descaracterização das Agravantes, inseridas pelos Agentes Fiscalizadores, como cunhadas nos espeques do art. 68, II, alínea C e art. 68, II, alínea J, quando reconheceram, a seu modo e tempo, a elevação da multa em 30% em cada alínea declinada. Argumentaram o empreendimento jamais deu prejuízos a terceiros e que se fosse periciado o local, seria constatado, sem sombra de qualquer dúvida que não houve poluição ou degradação imprópria para a ocupação humana, Mem para o cultivo a que se destinou o imóvel, levando a crer que houve excesso na majoração da pena, colocando em dificuldade o empreendimento, gerador de postos de trabalho no Município de São João do Paraíso.

Frise-se, que os argumentos tiveram fundamentos e a perícia no local era de suma importância para a elucidação dos fatos. embora a Autoridade Administrativa tenha feito vistas grossa e fingiu não perceber o erro dos fiscais, de forma proposital ou não, mas o certo é que a falta da vistoria no local pela Autoridade Julgadora ou por que de sua confiança, deu enorme prejuízo aos Autuados que viram majorada a multa sem que ocorresse os fatos apontados no Auto de Infração.

Não pode ser costume atos da administração pública imputar fatos como prejudicial ao meio ambiente quando se sabe que a tecnologia atual tem meios suficientes para apurar o grau de poluição, para daí ter-se conclusão dos indícios dos prejuízos a terceiros e à própria natureza. Faltou, portanto, uma perícia no local da descrição dos fiscais para daí concluir-se as penas a serem aplicadas.



Diante do exposto, requerem seja a decisão revista para a realização de uma perícia para que seja a decisão justa e perfeita aos olhos dos homens e ao agrado da natureza.

II – DO MÉRITO.

*No mérito os Recorrentes, argumentaram que o histórico do Auto de Infração nº 54703/2015, é divergente do Código Capitulado no artigo 83, Código 122, do Decreto nº 44.844/08, como declina: “causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em danos aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habituais ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança, e o bem estar da população.”. em desconforme com o constatado : **“Operar atividade potencialmente poluidora, causando poluição degradação ambiental, uma vez que foi verificada:- A ineficiência da caixa separadora de água e óleo-São- -Bem como, manchas de óleo no solo.- Não foi verificado a instalação de sistema de prevenção e controle de erosões(presença de voçorocas no interior e no entorno do empreendimento).-Não possui sistema eficiente para tratamento dos efluentes sanitários.”.***

Ora ! O Histórico do Auto de Fiscalização e Auto de Infração epigrafados são perfeitamente possível a realização de uma vistoria para a comprovação do fatos narrados. Os Senhores Fiscais enumeraram que existe ineficiência da caixa separadora; que a atividade é potencialmente poluidora, causa poluição e degradação ambiental, como manchas de óleo no solo. A existência de voçorocas como se fosse os autuados os responsáveis pelas mesmas. E a Ação do sol, do vento e da chuva, a idade da terra também não são capazes de produzirem voçorocas ?. Vejamos: Segundo estudos do Intemperismo A voçoroca é um fenômeno geológico que consiste na formação de erosões causadas pela força do sol, da chuva e do vento. São causadas pela água da chuva e intempéries em solos onde a vegetação não protege o solo, que fica cascalhento e suscetível de carregamento por enxurradas, fazendo com que o solo fique pobre, seco, quimicamente morto e nada fecundo. São causadas pelo intemperismo físico da ação da água pluvial, com a ação do sol e do vento.

Os estudos indicam que podem ser preventivas ou moderados seus efeitos com plantação de árvores na beira das encostas para evitar que o fluxo de água, leve, consigo, terras e sedimentos, que poderão ser retidos por suas raízes. Devem, também, ser escavadas caixas de retenção ou drenagem da água para interromper o caudal. Pois bem como poderão os Fiscais provar ser os Autuados os causadores das voçorocas por eles descritas, sem a existência de uma perícia para a comprovação de seus argumentos ?

É evidente que antes de aplicar multas contra inocentes, deveriam fazer uma recomendação de Termo de Ajustamento de Conduta para interromper as ações do tempo como a força do sol, do vento e da chuva. Porque disso ? A composição de intercâmbio entre fiscais e empreendedores é necessário, porque transforma a força da



Autoridade Fiscalizadora numa ação dinâmica capaz de juntos interromper um processo de degradação ambiental que não foram os Autuados que deram causa.

Outro fato importante para se destacar é a fúria dos Fiscais Ambientais em lavrarem multas para fins de receita, causa espanto e admiração. Cumpre destacar que eles, autuados, já foram Notificados pelos Autos de Infrações de n.ºs. 46337/2015; com histórico “Instalar, construir, testar, operar, ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente Poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental”.

Auto de Infração 46334/2015, com Histórico: “Descumprir condicionantes aprovadas na Licença de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras de monitoração ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.”.

Ora! Se ao exame dos históricos do Auto de Infração N.º 54703/2015, confrontando-o com os dois outros Auto de Infração de n.ºs. 46337/2015; Auto de Infração 46334/2015, chegar-se-á à conclusão que os agentes públicos somente mudaram os códigos, das infrações do mesmo artigo 83 do Decreto n.º 44844 de 25/06/2008, mas o objeto é o mesmo com concorrência de normativas sancionadoras. Trata-se, portanto, de duplicidade de sanções administrativa desaprovadas pelo Ordenamento Jurídico. No presente caso, é possível constatar a identidade dos Autuados, dos fatos e dos fundamentos das infrações. O princípio do “non bis in idem” apresenta uma face material, conectada com o princípio da proporcionalidade, segundo a qual a aplicação de uma determinada sanção pela prática de certa infração esgota a reação punitiva. Ninguém pode ser sancionado duas vezes pela mesma infração. A aplicação de uma outra infração pelo mesmo ramo do direito importaria em uma reação exagerada do ordenamento jurídico, o que significaria uma autêntica ruptura da proporcionalidade. Se todas as vezes que os agentes públicos fizerem vistorias no empreendimento aplicar uma multa pelos mesmos fatos mudando apenas o Código de Condutas, o empreendimento fechará suas portas porque não existe nenhum empreendimento que sustentará a quantidade de sanções pelo mesmo fato.

No caso em análise, a autoridade fiscal induz falsamente à supor-se que os autuados tenham incorridos em todas as condutas tipificadas nos Códigos do artigo 83 do Decreto 44844/2008.

Nem mesmo o termo de fiscalização n.º 142 de 19/11/2015 à que alude o auto de infração contém descrição detalhada e individualizada de condutas tidas por irregulares que, de fato e de direito, se amoldem perfeitamente às ações tipificadas no artigo art. 83, anexo I, Código 122 do Decreto n.º 44844/2008.

Com isso, a atividade Estatal, materializou o auto de infração eivado de vício de forma individualizada da conduta tida por irregular. Isso impede o exercício



da atividade econômica e atrapalha a ampla defesa constitucionalmente assegurada ao recorrente, na exata medida em que não lhe permite conhecer e especificamente rebater a ação ou conduta supostamente irregular que se lhe atribui.

Ora, o artigo 31 do Decreto nº 44844/2008, dispõe que o auto de infração deverá conter:

- II - fato constitutivo da infração;*
- III - disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação;*
- IV - circunstâncias agravantes e atenuantes;*


E isso decorre do princípio do ônus da prova no procedimento fiscal, amplamente reconhecido pela doutrina e jurisprudência, que impõe à autoridade fiscal o dever de apresentar as provas dos fatos constituintes do direito do órgão atuante (ou da Fazenda Pública).

Pois bem é diante das razões do recurso, quando se chama as Autoridades Ambientais para trabalharem em conjunto para a salvação da natureza e da realidade dos erros e efeitos das multas irregulares e dos necessários ajustes no Auto de Infração nº 54703/2015, além de ausente a indicação precisa e individualizada do fato, que requerem a Vossa Senhoria se digne de dar provimento ao recurso e DECLARAR nulo o Auto de Infração nº 54703/2015, com o cancelamento da multa dele decorrente por ser de direito e cristalina JUSTIÇA.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

De Salinas para Montes Claros/MG, 18 de Setembro de 2017.


P.p Jovino de Almeida Murta-adv.
OAB/MG 32.396



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



OFÍCIO Nº. 1888/2017 NAI/DRCP/SUPRAM

Montes Claros, 14 de agosto de 2017.

Ref.: Julgamento de Auto de Infração nº. 54703/2015

NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO

Prezado(a) Sr(ã). Ângelo Antônio Meneguetti

Notificamos V. S^a, da decisão referente ao:

Auto de Infração nº: 54703/2015

Processo nº: 440054/17

O Superintendente Regional de Meio Ambiente analisou o Processo Administrativo, de V. Sa. e decidiu:

- a) Tornar definitiva a penalidade de multa simples, no valor de R\$ 48.083,63 (quarenta e oito mil e oitenta e três reais e sessenta e três centavos), a ser devidamente atualizado, e
- b) Manter a penalidade de embargo da atividade de silvicultura e das áreas de oficina e lavagem de veículos, até a devida regularização perante o órgão ambiental competente, ficando autorizada, apenas, a realização de tratos culturais para a condução da cultura, conforme determina o auto de infração.

Lembramos que, nos termos da Legislação Ambiental, V. S^a dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, apresentar recurso contra a decisão, a ser encaminhado para o endereço constante no rodapé desta Notificação. Caso não tenha interesse em recorrer, a quitação da dívida poderá ser realizada através do(s) Documento(s) de Arrecadação Estadual-DAE, anexo, pagável(eis) em qualquer agência dos Bancos do Brasil, Itaú, Bradesco, Cooperativo do Brasil, Mercantil do Brasil, Caixa Econômica Federal ou Banco Santander. A não apresentação de recurso ou o não pagamento do DAE ensejará a inscrição do débito em Dívida Ativa e consequente execução judicial

Caso não seja possível a quitação integral, V. S^a poderá efetuar o pagamento parcelado, apenas do crédito estadual não tributário resultante de multas aplicadas,



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME
Angelo Antonio Meneghetti e Outros

ENDEREÇO
Rua: Afonso Batista, N° 17

MUNICÍPIO
SAO JOAO DO PARAISO

UF
MG

TELEFONE

DATA DE VALIDADE
11/09/2017

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO
1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS
3 - CNPJ 6 - RENAVAL

TIPO
4

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO
363.060.968-68

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA
2015

N° DOCUMENTO
9300392931290



HISTÓRICO

Auto de Infração n° 54703- Serie 2015, processo número : 440054/17
DAE 01/01

Valor do DAE : 57.467,18
Valor do Juros : 0,00
Valor da Multa : 0,00
Valor da taxa : 0,00
Valor TOTAL : 57.467,18

Sr.Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável.
Linha digitável do código de barras: 85640000574 5 67180213170 4 91112930039 6 29312900210 2

AUTENTICAÇÃO

TOTAL R\$ 57.467,18

MOD. 06.01.11

85640000574 5 67180213170 4 91112930039 6 29312900210 2



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME
Angelo Antonio Meneghetti e Outros

ENDEREÇO
Rua: Afonso Batista, N° 17

MUNICÍPIO
SAO JOAO DO PARAISO

UF
MG

TELEFONE

DATA DE VALIDADE
11/09/2017

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO
1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS
3 - CNPJ 6 - RENAVAL

TIPO
4

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO
363.060.968-68

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

NÚMERO DO DAE
9300392931290

VALOR R\$

ACRÉSCIMOS R\$

JUROS R\$

TOTAL R\$ 57.467,18

MOD. 06.01.11